


POR UMA BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO FASCISTA ITALIANO

FOR A BRIEF ANALYSIS OF THE ITALIAN FASCIST HISTORICAL CONTEXT

PARA UN BREVE ANÁLISIS DEL CONTEXTO HISTÓRICO FASCISTA ITALIANO

 <https://doi.org/10.56238/arev7n10-049>

Data de submissão: 08/09/2025

Data de publicação: 08/10/2025

Antonia Márcia da Silva Magalhães

Mestra em Educação

Instituição: Universidade Federal do Piauí

E-mail: marciamagalhaes989@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5775398265961009>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-0343-763X>

Pedro Pereira dos Santos

Doutor em Educação Brasileira

Instituição: Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Piauí

E-mail: pedrosantos@ufpi.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2048494121909108>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0312-0000>

Maria Escolástica de Moura Santos

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Piauí

E-mail: escol.santos@ufpi.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4836489128211300>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3407-9496>

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma breve discussão sobre o cenário fascista italiano, a partir do qual Antonio Gramsci desenvolveu seu pensamento acerca da formação das classes subalternas. Para isso, utilizamos como caminho metodológico o procedimento bibliográfico, fundamentado no materialismo histórico e dialético, por entendermos ser esse o método que melhor explica as múltiplas determinações da realidade. Compreendemos que o real é um movimento constituído por continuidades e descontinuidades, o que implica reconhecer que os fenômenos atuais podem conservar elementos do passado. É o caso do fascismo, que, embora tenha sido um movimento essencialmente italiano, teve algumas de suas características incorporadas em outros tempos e contextos históricos.

Palavras-chave: Fascismo. Antonio Gramsci. Emancipação Humana.

ABSTRACT

This paper aims to present a brief discussion of the Italian fascist period, from which Antonio Gramsci developed his thinking on the formation of the subaltern classes. To this end, we use a bibliographical approach, grounded in historical and dialectical materialism, as we believe this method best explains the multiple determinations of reality. We understand reality as a movement constituted by continuities

and discontinuities, which implies recognizing that current phenomena can retain elements of the past. This is the case with fascism, which, although essentially an Italian movement, had some of its characteristics incorporated into other times and historical contexts.

Keywords: Fascism. Antonio Gramsci. Human Emancipation.

RESUMEN

Este artículo pretende presentar una breve discusión del período fascista italiano, a partir del cual Antonio Gramsci desarrolló su pensamiento sobre la formación de las clases subalternas. Para ello, utilizamos un enfoque bibliográfico, basado en el materialismo histórico y dialéctico, ya que consideramos que este método explica mejor las múltiples determinaciones de la realidad. Entendemos la realidad como un movimiento constituido por continuidades y discontinuidades, lo que implica reconocer que los fenómenos actuales pueden conservar elementos del pasado. Este es el caso del fascismo, que, aunque esencialmente un movimiento italiano, incorporó algunas de sus características a otras épocas y contextos históricos.

Palabras clave: Fascismo. Antonio Gramsci. Emancipación Humana.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma breve discussão sobre o cenário fascista italiano, a partir do qual Antonio Gramsci desenvolveu seu pensamento acerca da formação das classes subalternas, destacando elementos que contribuem para a compreensão da conjuntura atual, marcada pelo avanço de forças reacionárias de extrema-direita.

Esta investigação é parte de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que tem como tema: “A educação no contexto fascista italiano na perspectiva gramsciana”. Nesse trabalho, discutimos sobre o conceito de educação a partir do prisma fascista e, em contraste, também a partir da perspectiva de Antonio Gramsci. Demonstramos que uma educação fascista objetiva conservar o sistema econômico, político, social e cultural que alicerça a sociedade de classes.

Entendemos que, na contramão dessa concepção de educação, Gramsci (1999) propõe uma outra, que é comprometida com as classes subalternas, na medida em que pretende contribuir com seu processo de formação humana. Isso requer a superação da condição de subalternidade dos sujeitos históricos, a fim de que se tornem mestres de si mesmos e se comprometam com a conquista de um outro ordenamento social, sob domínio da classe trabalhadora.

2 METODOLOGIA

É importante destacar que este estudo está ancorado nas bases teórico- metodológicas do Materialismo Histórico e Dialético. Nessa perspectiva, o ponto de partida para a análise de um problema é o real, ou seja, as condições materiais postas pela realidade, de modo que a análise deverá sempre levar em consideração a historicidade, as contradições, a relação entre subjetividade e objetividade, essência e aparência, singularidade, particularidade e universalidade.

O estudo do material selecionado foi orientado com base na leitura imanente, uma técnica de estudo que, para Lessa (2014), nos permite uma profunda compreensão do texto, superando o desafio de sobrepor as nossas impressões e sensações individuais às ideias defendidas por um determinado autor.

Com isso, apropriamo-nos e interpretamos o pensamento de Antonio Gramsci a respeito da educação no contexto fascista. Para tanto, realizamos os fichamentos literais dos dois volumes dos escritos pré-carcerários e dos cadernos 11, 12, 19 e 25.

Para análise e interpretação de todo o material fichado utilizamos a técnica de Análise Textual Discursiva (ATD), de Moraes (2003), que é composta por três etapas: unitarização, categorização e comunicação. Na primeira, o pesquisador realiza uma análise profunda de todos os documentos e textos investigados. Na segunda, categoriza os dados e informações a partir do estabelecimento de

relações e comparações. Na terceira, um metatexto (novo texto) é elaborado, tendo como base a apropriação de tudo o que foi analisado.

Conforme essa técnica e em consonância com o objetivo definido, fizemos a leitura e o registro sobre o contexto fascista italiano, o conceito de educação e as possíveis contribuições do pensamento de Gramsci para o contexto educativo atual. Foi por meio desse caminho metodológico que construímos o presente trabalho. Apresentaremos a seguir os resultados e discussões desenvolvidas ao longo da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação, na perspectiva gramsciana, assume um carácter amplo, pois transpassa o ambiente escolar e se estende a outras instituições, como bibliotecas, presídios, sindicatos, associações de bairro ou qualquer outro espaço em que possa haver a união de pessoas comprometidas com a luta revolucionária. Nesse sentido, caracteriza-se como uma educação que visa a formação integral, isto é, intelectual e moral, dos sujeitos subalternos.

Para compreendermos, portanto, a educação no contexto fascista italiano a partir da perspectiva gramsciana, foi necessário analisarmos esse período histórico fazendo uma longa viagem pela literatura fascista, marcada por várias disputas filosóficas, políticas e ideológicas. No percurso, foi possível evidenciar que o fascismo na Itália não surgiu de maneira espontânea, mas de forma gradual, e contou com a articulação de diversos fatores econômicos, políticos, culturais e sociais.

Orwell (2017, p. 75) afirma que quando se pergunta o que é fascismo, mesmo para uma pessoa que possua conhecimentos razoáveis, ela responde citando imediatamente os regimes alemão e italiano. No entanto, para ele, isso não é o bastante, porque os países com regimes fascistas mundialmente conhecidos são diferentes um do outro tanto em estrutura, quanto em ideologia.

Por esse ângulo, para Konder (2009, p. 14), a ascensão do fascismo em determinado país depende de condições históricas específicas, de uma organização que combata os antifascistas, da propaganda e da aliança entre capital bancário e industrial. Assim, o surgimento do fascismo possui características específicas em cada país, pois os fatores que contribuem para sua emergência variam.

Isso ocorreu, por exemplo, na Itália, a partir de 1920, com Mussolini, líder que contou com o apoio do capital industrial e financeiro, e teve à sua disposição a imprensa, a televisão, o sistema escolar e organizações como fasci di combattimento. Tais elementos podem aparecer de modo similar em outros países, mas nunca de forma idêntica.

Nesse contexto, não se pode dizer que a política fascista italiana está presente, invariavelmente, nos atos violentos ocorridos em países periféricos da América do Sul, pois o período histórico em que

vivemos, embora perpassado pela dialética da continuidade e descontinuidade, difere daquele do início do século XX na Itália. É preciso compreender que o “fascismo pode ter formas diversas em diferentes países. Mesmo as massas de vários países possuem formas de organização diferentes. Em tempos diferentes, num mesmo país, o fascismo assume aspectos diferentes”. Desse modo, na definição de fascismo, devemos considerar os condicionantes históricos, as instituições envolvidas ou não, e as correlações de forças políticas internas e externas de cada país (Togliatti, 1978, p. 2).

Nesse seguimento, Fresu (2017) compreende que o fascismo é um parêntese da história da Itália, originado de fatores econômicos, políticos e sociais, especificamente italianos, decorrentes das consequências da crise europeia antes e após a Primeira Guerra Mundial. No entanto, sua influência transpassa esse contexto histórico e geográfico.

Para Konder (2009), o fascismo é um fenômeno reacionário que se originou no período da expansão territorial das grandes potências europeias e que se apresenta como modernizador, mas se sustenta em ideologias conservadoras. É um fenômeno chauvinista, porque dissemina o ódio a outras nações e vê qualquer estrangeiro como inimigo. Além disso, é antiliberal, pois defende a supremacia do Estado como o principal meio para a concentração do capital; antidemocrático, porque nega os princípios da aparente liberdade e igualdade do estado de direito; antissocialista, na medida em que usa a propaganda anticomunista como uma das principais armas; e antioperário, pois persegue veementemente a classe trabalhadora e retira dela direitos conquistados, como também aniquila suas organizações sindicais e políticas.

Nesse sentido, Orwell (2017, p. 75-76) depreende que o fascismo possui múltiplos significados, que variam de acordo com as correlações de forças políticas que se apropriam de forma indiscriminada desse termo para desqualificar os opositores. Assim, tanto conservadores podem utilizar o termo para designar os progressistas, quanto estes podem também assim designar aqueles. O uso arbitrário do conceito fascismo serve ao tom acusatório de forças antagônicas e contribui também para as imprecisões conceituais.

Konder (2009, p. 25), nessa perspectiva, compreende que a “palavra ‘fascista’ tem sido frequentemente usada como arma na luta política [...]. Para efeito de agitação, é normal que a esquerda se sirva dela como epíteto injurioso contra a direita”. No entanto, isso pode impedir que a esquerda use o termo com rigor científico, comprometendo a análise rigorosa dos movimentos que apresentam traços desse regime autoritário.

Para Bolinaga (2007), essa degradação que se expressa pela intolerância e eliminação de vozes antagônicas favorece uma confusão conceitual na medida em que qualquer movimento repressivo pode ser também interpretado pelo povo como fascista. Todavia, nem todo governo autoritário é

necessariamente fascista, embora possa incorporar alguns elementos dessa política que se implantou na Itália no início do século XX.

Nessa acepção, para Sznajder (2010, p. 32), a natureza ideológica do fascismo é a intolerância. Por isso os fascistas, para se conservarem no poder, não aceitam a oposição política e a diversidade de pensamentos, pois buscam sempre a homogeneidade ideológica. Por essa razão, não hesitam em usar a violência e a força para eliminar os que os criticam e os enfrentam.

Tendo isso em vista, Paris (1976) assegura que, na Itália, o apoio da pequena e média burguesia, as diferenças econômicas entre o Norte industrializado e o Sul agrícola, a crise pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a defesa do grande capital industrial e financeiro e os ataques violentos às organizações da classe trabalhadora, foram fatores que contribuíram para o surgimento e o fortalecimento do fascismo. Assim, como afirmado anteriormente, esse regime possui não só cunho ideológico, mas também econômico.

Entretanto, segundo o autor supracitado, esse regime não decorre somente das questões sociais, econômicas e políticas, mas também dos instintos do ser humano, pois as “causas econômicas do fascismo e as contradições do capitalismo se juntariam, portanto, às contradições da vida sexual, à repressão da vida amorosa dos homens” (Paris, 1976, p. 124). Desse modo, o fascismo é resultante da junção de fatores objetivos e subjetivos.

Para Gentile (2005), a participação das massas, a afirmação do poder do Estado sobre a individualidade, a concentração de poder na pessoa do chefe político, a institucionalização do partido único e a propaganda de um mito ético-político com caráter dogmático são elementos fundamentais na concepção do Estado totalitário fascista. Esses fatores dão ao totalitarismo um caráter distinto do que possui o Estado absoluto e outras formas de estado autoritário ou governo ditatorial.

Na contramão de muitos autores da literatura fascista que dão ênfase primordialmente à figura de Mussolini na construção e fortalecimento do fascismo, Gentile (2005) considera o Partido Nacional Fascista (PNF) como um dos maiores pilares de sustentação desse regime. Isso devido à grande tarefa na organização das massas, que lhe garantiu o reconhecimento como o grande pedagogo.

Posto isto, Gramsci (2004), diferentemente de alguns autores que investigam esse tema a partir do ideal democrático burguês, compreende que o fascismo na Itália foi um movimento de massa que encontrou na pequena burguesia a sua principal base de apoio. Mas foi, sobretudo, uma reação do capital financeiro à crise econômica, política e social aprofundada pela Primeira Guerra Mundial. Nesse sentido, o fascismo emerge como um regime utilizado pela burguesia italiana em crise para manter a sua condição de classe, antes sustentada pelo poder democrático, e deter o avanço da revolução proletária.

Decerto, a participação da Itália no conflito armado acima citado provocou efeitos danosos para a pequena e média burguesia, e sobremaneira para a classe trabalhadora. Todavia, alguns setores saíram fortalecidos, como o bélico e o industrial, que cresceram de 4,26% em 1915, para 7,75% em 1917. No mesmo período, a siderurgia avançou de 6,03% para 16,5%, o automobilismo de 8,02% para 30,52 %, e a química de 8,02% para 14,95% (PARIS, 1976).

A concentração nesses setores ocasionou o aumento da instabilidade do setor agrário, a extinção de grande parte das pequenas e médias empresas, o declínio da pequena burguesia, o aprofundamento do desemprego do proletariado, a desvalorização da lira e a elevação do déficit do Estado de 214 milhões durante 1914-1915 para 23.345 milhões em 1918-1919 (PARIS, 1976).

Além da crise econômica, as perdas humanitárias no período da Guerra foram irreparáveis. De acordo com Paris (1976), mais de 66 mil soldados morreram lutando, sobretudo trabalhadores pobres do sul, que compunham a maior parte da linha de frente. Ademais, 190 mil homens ficaram feridos e 22 mil foram feitos prisioneiros somente nos seis primeiros meses do conflito.

A crise econômica, humanitária e moral contribuiu para o fortalecimento do ressentimento da pequena e média burguesia, que formaram a base do fascismo. Para Fresu (2017, p. 46), o empobrecimento desses estratos sociais fez com que defendessem uma política de caráter extremista para reconquistarem o seu status quo na sociedade italiana. Assim, aproveitando-se do desconforto e da raiva da pequena e média burguesia, os adeptos do nacionalismo começaram a construir o que mais tarde se tornaria o fascismo, “alimentando contra a classe política o ressentimento da pequena burguesia”, incapaz de defender os interesses nacionais e de se unir ao proletariado.

Fresu (2017) afirma que os nacionalistas colocaram a pequena burguesia para confrontar três segmentos sociais. Assim, ela acusava as lideranças políticas pela situação precária em que vivia, enfrentava os socialistas por defenderem a não participação dos trabalhadores no confronto mundial, e criticava os aliados de guerra, porque compreendia que tanto eles desconheciam os motivos da participação da Itália no conflito armado, como também ignoravam os direitos garantidos pelo Pacto de Londres.

Ressaltamos que não somente os industriais, os proprietários agrícolas e a pequena e média burguesia esperavam pelos benefícios da Guerra, pois para os trabalhadores rurais foi prometida “a reforma agrária e a divisão das terras entre eles; aos operários, salários mais altos e menos exploração” (Fresu, 2017, p. 46).

Mas o resultado desse embate foi nefasto, sobretudo para a classe trabalhadora, com a intensificação do quadro de abandono e miséria. Essa foi uma das razões que contribuiu para que os anos posteriores à Guerra fossem marcados por intensos conflitos sociais, como o Biênio Vermelho

(1919-20), que foi um período de ocupação das fábricas pelos operários do norte e de invasão de propriedades rurais pelos trabalhadores do sul do país.

Dentre os principais líderes desse movimento, estava Gramsci, que percebendo a necessidade de direção política da classe trabalhadora, fundou o periódico *L'Ordine Nuovo*, fundamentado nas diretrizes da Internacional Comunista e difundido nas bases do Partido Socialista, com o objetivo de educar a classe trabalhadora para lutar contra a exploração do capital e para constituir o governo proletário.

Nesse cenário de instabilidade e de confronto com as ideias defendidas pelo PSI, Mussolini foi expulso dessa organização, e ciente da insatisfação dos italianos no período pós-guerra, fundou o jornal *Popolo d'Italia*. Em 23 de março de 1919, criou um novo movimento em Milão, o *Fasci di Combattimento*, que se tornou em 1921 o *Partito Nazionali Fascista* (PNF). Inicialmente, este tinha um programa similar ao do Partido Socialista Italiano (PSI), e defendia pautas como “proclamação da república, sufrágio universal, salário mínimo, jornada de 8 horas de trabalho, participação de representantes operários na direção de empresas, abolição do Senado [...]”, dentre outros. Porém, diferenciava-se do partido da classe trabalhadora, porque o seu principal objetivo era desencadear uma guerra revolucionária contra os bolcheviques (Togliatti, 1978, p. 11).

Um ano depois do surgimento do grupo *Fasci di Combattimento*, que hostilizava as manifestações dos trabalhadores, surgiram as *squadre*, as primeiras organizações militares do fascismo, que, posteriormente, formariam as milícias constituídas, principalmente, pelos ex-combatentes, desempregados e estudantes, sendo financiadas pelos proprietários rurais para barrar o avanço do comunismo (Togliatti, 1978).

Embora os primeiros anos do pós-Guerra tenham se caracterizados por agitações políticas violentas contra as organizações operárias, as eleições de novembro de 1919 foram marcadas pelo grande êxito do PSI em aumentar seu número de votos e assentos parlamentares (Fresu, 2017; Gramsci, 2004).

De acordo com Gramsci (2004), o resultado das eleições parlamentares de 1919, após o Congresso de Bolonha, provava que a maioria da população composta por operários e camponeses estava do lado do PSI. Tal fato criou uma situação favorável para a efetivação de um novo regime.

Com esse resultado, alimentou-se entre o proletariado a crença de que o estado proletário estava prestes a ser instalado. Esse sentimento levou à radicalização e ao aumento das manifestações e greves dos trabalhadores, como camponeses, operários, ferroviários e servidores públicos por toda a Itália. No entanto, a luta se desenvolveu espontaneamente sem uma organização política unitária (Fresu, 2017), o que teve como consequência a derrota da classe trabalhadora.

O ápice do Biênio Vermelho deu-se com a ocupação da Fiat, em Turim, e de dezenas de outros centros industriais por trabalhadores em todo o país durante um mês. Isso ocorreu devido à ameaça feita pelos representantes da Confederação Industrial de fechar as fábricas e ocupá-las com o exército. Mesmo assim, os trabalhadores resistiram, de modo que em 13 de abril de 1920 o PSI fez um acordo com a Confederação Geral do Trabalho (CGL), o qual decretava o fim da luta na medida em eram garantidas apenas algumas conquistas parciais, como o aumento de salários e a diminuição da jornada de trabalho.

Em janeiro de 1921, no Congresso de Livorno, Gramsci, juntamente com seus amigos e alguns poucos membros do PSI, decepcionados com a atuação dos socialistas, fundaram o Partido Comunista Italiano (PCI) (Duggan, 2016).

O abandono do horizonte revolucionário pelo PSI, a partir do acordo com os industriais, provocou a derrota do proletariado e dos camponeses. Para o pensador sardo, esse pacto demonstrou que o PSI era inapto para dirigir a classe trabalhadora e lutar em prol da fundação do Estado proletário, pois “demonstrou que não é um ‘partido político’ capaz [...] de assegurar o pão e o teto às dezenas e dezenas de milhões de integrantes da população italiana. Ao contrário, demonstrou ser uma associação de homens bem intencionados e de boa vontade [...]” (Gramsci, 2004. p. 27-28).

Nessa perspectiva, com o enfraquecimento dos movimentos operários após o pacto com os industriais, os grupos reacionários de direita, principalmente os nacionalistas e os Fasci di Combattimento, liderados por Mussolini, ganharam força por todo o país.

Mussolini, gozando da debilidade do PSI, coloca em seu programa político reivindicações trabalhistas, utilizando como palavra de ordem: “fazer com que os ricos paguem” (Fresu, 2017, p. 58). Além de defender a divisão dos lucros da guerra e a taxação das grandes fortunas, o futuro Duce se apropriou do mito da vitória mutilada, em que acusava de traição os aliados, pois entendia que eles não reconheceram a contribuição da Itália na Guerra e nem concederam os benefícios garantidos pelo Pacto de Londres.

Quando Mussolini aparentemente anexa as pautas proletárias em seu confuso programa de partido, confirma que nunca teve uma ideologia e um projeto político definido, mas que mudava de posição de acordo com o momento e com seus interesses políticos, o que atesta a fase inicial do fascismo (Fresu, 2017; Togliatti, 1978). A propagação do medo em relação ao avanço do comunismo, a defesa da ideia de nação para combater a ideologia de classes propagada pelo PCI, a promessa de novos tempos de prosperidade e o pseudodiscurso de defesa das demandas da classe trabalhadora contribuíram para o avanço do movimento fascista enquanto organização que se utiliza da força e do consenso.

Para Duggan (2016), o crescimento da organização fascista entre 1921-1922 também contou com o apoio das autoridades estatais, como a polícia e o exército, que deram suporte para aquisição de armas e de transportes para os squadristi, além de fingirem que desconheciam as violências exercidas por esses grupos contra o proletariado.

Nesse sentido é que Gramsci (2004, p. 66) entende que os “fascistas só puderam realizar suas atividades porque dezenas de milhares de funcionários do Estado, em particular os organismos da segurança pública (delegados de política, guarda-régias, carabineiros) e da magistratura, tornaram-se seus cúmplices morais e materiais”.

Pelo exposto, Gramsci compreende que o Estado não é a esfera do universal, mas do particular. Isso significa que, distante da perspectiva liberal que defende a ideia de que o poder estatal está a serviço de todos, o sardo manifesta e denuncia o compromisso do Estado na defesa dos interesses das classes dominantes.

Essa questão se manifestou explicitamente em maio de 1921, período de forte pressão política exercida pelos trabalhadores. Foi nessa ocasião que Giolitti abdicou do seu cargo de presidente do Conselho de Ministros e declarou novas eleições, a fim de reduzir a bancada de deputados socialistas no parlamento e permitir o ingresso de 35 deputados fascistas no poder (Duggan, 2016; Fresu, 2017).

Giolitti era um liberal da velha política burguesa, e de 1921 a 1922 defendeu um programa político de colaboração parlamentar, sobretudo entre o Partido Socialista e o Partido Popular. Mas apoiou também o movimento fascista, porque via nele a força necessária para conter e esmagar as “fortalezas proletárias” (Togliatti, 1978, p. 17).

Essa política colaborativa que visava frear a luta da classe trabalhadora permitindo o fortalecimento do fascismo por dentro do próprio Estado foi relevante para a legalização das ações promovidas pelas milícias. Assim, em 28 de outubro de 1922, milhares de fascistas marcharam para a capital italiana e reivindicaram um líder político institucionalmente reconhecido que os representasse.

Como resultado da Marcha sobre Roma, que pressionou o rei Victor Emanuel III a reconhecer Mussolini como chefe de governo, decretou-se o fim da democracia liberal e instaurou-se o fascismo como política de Estado. Nesse cenário, os fascistas que lutaram para que Mussolini assumisse o poder não encontraram muita resistência por parte do governo. O rei evitou o embate, e os manifestantes, que não possuíam armamento superior ao do monarca, foram vitoriosos. Assim, após um dia do evento, Mussolini foi convocado e proclamado como o novo primeiro-ministro da Itália.

Para Gramsci (2004), esse fato expressou uma relação de conveniência entre o rei e o fascismo. O não enfrentamento aos fascistas e a nomeação do Duce demonstravam que a monarquia foi um dos alicerces do regime autoritário. Fica aclarado que Mussolini não teria iniciado o seu governo sem o

apoio da força política, judiciária, midiática, militar e religiosa. Gramsci (2004, p.273-74) assegura que “[...] a Marcha sobre Roma foi a expressão coreográfica de um processo molecular através do qual as forças efetivas do Estado burguês (exército, magistratura, polícia, jornais, Vaticano, maçonaria, Corte etc.) passaram para o lado do fascismo [...]”.

Após a marcha fascista inicia-se a segunda fase do fascismo, caracterizada pela tentativa de construir um regime não totalitário. Sobre isso, Togliatti (1978) afirma que o fascismo não nasceu totalitário, mas se tornou, de forma processual. Mussolini, ao assumir o posto de primeiro-ministro, jamais cogitou construir um ministério composto somente por fascistas, mas em colaboração com outras forças políticas cooptadas por meio de cargos e outros benefícios.

Nessa fase, Mussolini demonstrava querer atender ao clamor público do retorno à ordem, à estabilidade financeira e à normalidade. Desse modo, concedeu cargos aos fascistas, aos nacionalistas, aos liberais e aos religiosos. Somente em 1923 foi que deu os primeiros passos para terceira fase fascista, caracterizada pelo surgimento da milícia, que tinha como fim manter sob seu controle as lideranças das mais diversas organizações sociais.

O governo de Mussolini exercia, assim, o poder por meio do consenso e da força. Pelo convencimento, fazia pactos com os partidos políticos e com a Igreja Católica, para quem destinou recursos públicos a fim de recuperar templos danificados durante a Primeira Guerra. E pela coerção aniquilava a luta da classe trabalhadora e de todos que eram tidos como inimigos da pátria.

A via da conquista pelo consenso também se efetivava no âmbito da educação escolar. Em 1923, Geovanni Gentile realizou uma grande reforma na educação, tornando o ensino religioso obrigatório nas escolas primárias. Defendia ainda uma educação dualista que legitimava a desigualdade de classes. Desse modo, os filhos da classe média estudavam nos licei, enquanto os da classe trabalhadora, em escolas técnicas (Duggan, 2016; Fresu, 2017).

Embora as liberdades constitucionais permanecessem em vigor, Mussolini continuava a utilizar as esquadras fascistas para combater violentamente seus opositores. Em 1924, foram convocadas novas eleições para o parlamento após a aprovação da Lei Acerbo, de julho de 1923, a qual propunha que o partido ou a coligação partidária que obtivesse o maior número de votos em uma eleição (ao menos 25% dos votos) deveria ocupar automaticamente dois terço ($\frac{2}{3}$) das cadeiras no parlamento (Duggan, 2016; Fresu, 2017).

Para atingir o percentual acima, os partidos vinculados a Mussolini fraudaram o processo eleitoral e coagiram a população a votar em candidatos fascistas, obtendo 65% dos votos. Mesmo participando desse cenário político fraudulento, socialistas e católicos conseguiram dois milhões e quinhentos mil votos.

Terminado o processo eleitoral, as ilegalidades foram denunciadas no parlamento pelo deputado socialista Giacomo Matteotti, que apresentou um pedido de anulação da eleição juntamente com um dossiê que provava o financiamento ilegal do movimento fascista. Em resposta a tal ação, um grupo de extremistas do PNF sequestrou e matou Matteotti em 10 de junho de 1924, escondendo seu corpo, que foi encontrado dois meses depois do assassinato.

Após a morte de Matteotti, o fascismo enfrentou uma das suas mais duras crises. De acordo com Fresu (2017), a imensa repercussão da morte do deputado com o claro envolvimento de Mussolini provocou indignação em toda a população italiana e ocasionou instabilidade no governo. Os deputados da oposição (republicanos, socialistas, populares e radicais) abandonaram o parlamento, pois acreditavam que podiam contar com o rei para suspender Mussolini e restabelecer a ordem constitucional.

Nesse quadro de instabilidade política, somente o Partido Comunista Italiano (PCI) liderado por Gramsci, não deixou o parlamento. Os comunistas sugeriram a convocação de uma greve geral com ampla participação da classe trabalhadora e a criação de um parlamento alternativo antifascista, mas não tiveram apoio suficiente para essa mobilização.

Enquanto isso, Mussolini tentava contornar a crise em seu governo e recuperar sua credibilidade. Para tanto, negava a sua participação na morte do deputado e fazia discurso de tom conciliatório. Porém, ao perceber a fragilidade das forças opositoras, assumiu, no dia 3 de janeiro de 1925, a responsabilidade pelo assassinato e demonstrou que poderia fazer o mesmo com outros oponentes. A espera de mãos cruzadas da maioria parlamentar, a amenização da revolta popular ocasionada pelo assassinato de Matteotti e a passividade do poder monárquico contribuíram para que o fascismo se consolidasse como regime totalitário.

Foi após esse assassinato assumido pelo Duce que teve início a terceira fase do fascismo, marcada pelo aprofundamento de atos violentos, promulgação de leis fascistas, extinção das relativas liberdades individuais e de imprensa e ilegalidade das organizações políticas como partidos, sindicatos, comitês de fábricas, dentre outros. Além disso, as esquadras fascistas receberam permissão para agredir e até assassinar os que eram considerados inimigos da nação, e o Gran Consiglio del Fascismo, constituído por aliados de Mussolini, assumiu quase todo o poder parlamentar.

Para combater a oposição, o Duce fascista criou o Tribunal Especial para a Defesa do Estado, responsável por julgar crimes políticos, executar a pena de morte e instituir a milícia paramilitar, denominada de Milícia Voluntária para a Segurança Nacional (MVSN). No dia 2 de junho de 1926, com base na lei de monopolização sindical, o governo assumiu o controle dos contratos trabalhistas e

tornou ilegal as ações dos sindicatos da classe trabalhadora, o que resultou no favorecendo dos empresários (Fresu, 2017).

As leis fascistas permitiram que as esquadras perseguissem violentamente os partidos políticos de oposição ao regime. Várias sedes sindicais clandestinas foram destruídas e muitos líderes políticos foram exilados, presos e assassinados. O PCI, principal organização de massa, sofreu uma das suas maiores perdas com a prisão de Gramsci, em 8 de novembro de 1926, logo depois de um suposto ataque a Mussolini, em 31 de outubro do mesmo ano, que justificou o início da vigilância extrema que defendia a “caça ao homem, rua por rua”, com a invalidação de todos os passaportes (Fresu, 2017, p. 72).

Com o fim da liberdade individual e coletiva, Mussolini personificava a fórmula máxima de Alfredo Rocco: “Tudo no Estado, nada contra o Estado”. Era com esse intuito que os sindicatos fascistas organizavam milhões de operários e, ao mesmo tempo, desmobilizavam as organizações da classe trabalhadora a fim de perpetuar o regime (Togliatti, 1978, p. 24).

Em 1927, com os sindicatos dos trabalhadores ilegalizados, foi proclamada a Lettera del Lavoro, que instituiu o Tribunal do Trabalho, cuja função era julgar o conflito entre trabalhadores e empregadores e extinguir o direito a greves e reivindicações no geral. A partir desse documento, aprofundou-se o corporativismo, que supõe um “sistema de intermediação entre capital e trabalho” para escamotear o antagonismo de classes (Fresu, 2017, p. 67).

Durante o terceiro período, ganha força a máxima fascista de que tudo deveria estar no Estado, nada fora e nada contra; a figura de Mussolini como chefe único da nação italiana é fortalecida; e o PNF, que era o grande disseminador da ideologia intolerante, tornou-se subordinado ao Estado.

Gentile (2005) compreende que o fascismo pretendia formar uma nova civilização composta por milicianos disciplinados e obedientes, dispostos a negarem a sua individualidade e a sacrificarem suas vidas em função dos valores da nação. Para tanto, as organizações fascistas, desde o PNF e a Opera Nazionale Dopolavoro (OND), trabalhavam para formar o cidadão-soldado.

Para Fresu (2017), o fascismo é uma forma nova de regime autoritário que pretende organizar politicamente as massas em prol dos interesses nacionais. Por isso, tal movimento promoveu a reforma escolar de Giovanni Gentile, criou organizações para formação de crianças menores de 14 anos, articulou-se a grupos de universitários, apoiou as ações dos Litorais da cultura, investiu na indústria cinematográfica e fundou os estúdios da Cinecittà e a Mostra Internacional do Cinema de Veneza para difusão da ideologia fascista.

Mussolini fundou ainda o Ministério da Cultura Popular, Imprensa e Propaganda, o que demonstra a sua preocupação em utilizar os meios de comunicação de massa mais modernos para construir o consenso popular em torno da ideia do Duce invencível (Fresu, 2017).

Nesse trabalho de convencimento das massas, Gentile (2005) afirma que o PNF exerceu a função de pedagogo na medida em que foi o sistematizador da fé fascista, que tinha como maior desafio construir a normalidade totalitária, isto é, transformar a consciência da massa ao ponto de cada recém-nascido italiano considerar a adesão ao fascismo como um ato espontâneo, natural. Toda a política de massa do partido fascista visava fascistizar os italianos a fim de formar uma comunidade política integrada ao Estado.

Para Gentile (2005), esse sistema que alia o consenso das massas com o predomínio da força, entrou em declínio e foi derrotado a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nesse sentido, Sznajder (2010) entende que o enfraquecimento do regime ocorreu mais pelos fatores externos, como os confrontos militares de que a Itália participou na guerra supracitada. Todavia, vale ressaltar os fatores internos que também contribuíram para sua debilidade, como a maior consciência da população sobre os crimes cometidos, a fragilidade de alianças partidárias e o fortalecimento dos partisan, que era um movimento guerrilheiro que lutou para combater a invasão alemã nazista e o governo fascista de Mussolini, morto em 28 de abril de 1945, provavelmente pelo partisan Walter Audisio.

Por fim, o fascismo foi um movimento autoritário que atacou fortemente as organizações da classe trabalhadora de viés comunista. Os militantes foram perseguidos e impedidos de atuarem na organização política dos Simples. Nesse cenário histórico de violência legalizada, Gramsci ficou preso durante 11 anos e morreu na prisão.

Antes mesmo de viver no cárcere, escreveu artigos sobre os mais variados temas, o que demonstra a sua preocupação com a formação da classe trabalhadora. Dentre os trabalhos produzidos, o pensador sardo discutiu acerca da educação, que é objeto de estudo desta pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo estudo realizado, compreendemos que a educação da classe trabalhadora no período fascista demanda uma análise, mesmo que breve, do contexto histórico italiano. Para tanto, viajamos pela longa “selva de papel” (Konder, 2009) da literatura fascista, repleta de contradições e disputas ideológicas.

Percebemos que o fascismo foi um regime que teve início na segunda década do século XX, e, de forma processual, ganhou força e se efetivou na Itália. Esse movimento, quando emergiu, não tinha

um programa político já consolidado, e seu estabelecimento como política de Estado demandou a conquista de forças políticas, religiosas e econômicas.

Assim, compreendemos que o fascismo se sustentou tanto no predomínio da força contra os seus opositores, quanto na construção do consenso para conquista de forças aliadas. Tendo isso em vista, a educação foi um dos principais instrumentos a serviço da sua construção hegemônica. Mussolini via na educação um dos mecanismos essenciais para instituir e conservar o seu governo totalitário. Para tanto, fez investimentos na indústria cinematográfica, nos meios de comunicação, na própria educação institucional através da Reforma de Giovanni Gentile e sobretudo nas organizações fascistas.

Oposto à concepção de Gentile, que defendia uma educação em prol do fortalecimento de um estado totalitário, Gramsci propunha uma educação unitária, comprometida com a formação integral e emancipação do ser humano.

Por fim, entendemos que a leitura desse cenário italiano nos ajuda a refletir sobre o momento histórico atual, marcado pelo avanço de forças de extrema-direita em diversos países, inclusive no Brasil, perpassado por diversos ataques aos povos indígenas, à ciência e a organizações de esquerda, como o MST. Ademais, a defesa de ideais como educação domiciliar (homeschooling), desmatamento em benefício do agronegócio e do garimpo, a volta da ditadura militar, dentre outros ataques reacionários, têm caracterizado o neofascismo brasileiro.

Esperamos que nosso trabalho possa contribuir para a compreensão das correlações de forças políticas, econômicas e sociais do cenário atual e para a busca de alternativas que visem o enfrentamento de forças neofascistas de desmonte da educação pública no Brasil.

REFERÊNCIAS

BOLINAGA, Iñigo. Breve Historia del Fascismo. Madri: Nowtilus, 2007.

DUGGAN, Christopher. Giolitti, a primeira Guerra Mundial e a ascensão do fascismo. In: História concisa da Itália. São Paulo: Edipro, 2016.

FRESU, Gianni. Nas Trincheiras do Ocidente: Lições sobre fascismo e antifascismo. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017.

GENTILE, Emílio. La via italiana al totalitarismo: Partido y estado en el régimen fascista. Tradução de Luciano Padilla. Buenos Aires : Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 11 (1932-1933): Introdução ao estudo da filosofia. In: Cadernos do Cárcere: Volume 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. RJ: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Escritos Políticos (1910-1920). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, V.1.

GRAMSCI, Antonio. Escritos políticos (1921 -1926). Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KONDER, Leandro. Introdução ao Fascismo. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LESSA, Sérgio. O estudo e o momento histórico. In: O revolucionário e o estudo: por que não estudamos?. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

MORAIS, Roque. Uma Tempestade de Luz: a compreensão possibilitada pela Análise Textual Discursiva. Ciência e Educação, v. 9, p. 191 -21, 2003.

ORWELL, George. O que é fascismo? e outros ensaios. Companhia das Letras, 2017. PARIS, Robert. As origens do fascismo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

SZNAJDER, MARIO. Fascismo e Intolerância. In: CARNEIRO, Maria Lúcia Tucci; CROCI, Federico. Tempos de fascismos: ideologias, Intolerância, Imaginário. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2010.

TOGLIATTI, Plamiro. Lições sobre o fascismo. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.